

# Relatório

## **Demonstrações Contábeis**

### **Companhia Transirapé de Transmissão**

31 de dezembro de 2011 e 2010  
com Relatório dos Auditores Independentes

# **Companhia Transirapé de Transmissão**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstração dos resultados .....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	8

## **Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Srs.  
Diretores e Acionistas  
**Companhia Transirapé de Transmissão**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte (MG), 30 de janeiro de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6-F-MG

**Flávio de Aquino Machado**  
Contador CRC MG-065899/0-2

## Companhia Transirapé de Transmissão

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u> (Reclassificado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.749	2.471
Títulos e valores mobiliários		1.902	2.015
Contas a receber - ativo financeiro	6	18.120	15.205
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	59	48
Outros		299	151
Total do ativo circulante		<u>22.129</u>	<u>19.890</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber – ativo financeiro	6	68.478	67.445
Imobilizado		28	88
Intangível		83	83
Total do ativo não circulante		<u>68.589</u>	<u>67.616</u>
Total do ativo		<u>90.718</u>	<u>87.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u> (Reclassificado)
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		78	83
Empréstimos e financiamentos	8	4.112	3.916
Dividendos a pagar	12 (c)	11.804	6.443
Provisões pré-operacionais	10	1.435	917
Tributos e contribuições sociais	7	484	536
Taxas regulamentares	9	401	267
Outros		153	126
Total do passivo circulante		<u>18.467</u>	<u>12.288</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	8	26.686	28.951
Provisões pré-operacionais	10	-	1.886
Tributos diferidos	7	2.073	1.985
Taxas regulamentares	9	208	208
Outros		325	36
Total do passivo não circulante		<u>29.292</u>	<u>33.066</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	12 (a)		
Capital social		22.340	22.340
Reservas de lucros		20.619	19.812
Total do patrimônio líquido		<u>42.959</u>	<u>42.152</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>90.718</u>	<u>87.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Transirapé de Transmissão

### Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14</b>	<b>17.190</b>	<b>14.304</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal e Administradores		(284)	(275)
Material		(25)	(23)
Serviços de terceiros		(1.006)	(984)
Taxa de fiscalização		(74)	(68)
Custo de construção		(3.095)	(993)
Outras		(45)	(48)
		<b>(4.529)</b>	<b>(2.391)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>12.661</b>	<b>11.913</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal e administradores		(333)	(253)
Material		(6)	(11)
Serviços de terceiros		(214)	(210)
Outras		(60)	(50)
		<b>(613)</b>	<b>(524)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receita financeira		669	363
Despesa financeira	15	(4.059)	(3.580)
		<b>(3.390)</b>	<b>(3.217)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>8.658</b>	<b>8.172</b>
Imposto de renda	13	(440)	(394)
Contribuição social	13	(220)	(200)
IR e CS diferidos		(88)	(244)
		<b>(748)</b>	<b>(838)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.910</b>	<b>7.334</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>354,07</b>	<b>328,29</b>
<b>Quantidade de ações ao final do período (em milhares)</b>		<b>22.340</b>	<b>22.340</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial de dividendos	Lucros retidos		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	22.340				41.261	
Distribuição de dividendos		444	6.857 (4.700)		(4.700)	
Lucro Líquido do exercício					7.334	
Reserva legal		367			(367)	
Dividendos					(1.743)	
Dividendo adicional proposto			5.224		(5.224)	
Reserva de lucros				11.620	(11.620)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	22.340	811	7.381 (5.224)	11.620	42.152	
Distribuição de dividendos					(5.224)	
Lucro líquido do exercício					7.910	
Reserva legal		395			(395)	
Dividendos declarados					(1.879)	
Dividendo adicional proposto			5.636		(5.636)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	22.340	1.206	7.793	11.620	42.959	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	7.910	7.334
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>		
Depreciação e amortização	2	1
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.741	3.597
Baixa de ativos	85	1.027
	<u>11.738</u>	<u>11.959</u>
<b>(Aumento) no ativo</b>		
Concessionárias e permissionárias	(317)	(57)
Ativo financeiro indenizável	(3.624)	(1.455)
Tributos e Contribuições Sociais	(11)	(5)
Outros ativos	(148)	(116)
	<u>(4.098)</u>	<u>(1.633)</u>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(5)	34
Provisões pré-operacionais	(1.368)	(385)
Tributos e contribuições	(52)	88
Taxas regulamentares	134	72
Tributos diferidos	88	243
Outros passivos	316	14
	<u>(887)</u>	<u>66</u>
<b>Caixa líquido provenientes das atividades operacionais</b>	<u>6.753</u>	<u>10.932</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações no imobilizado	(34)	(1.084)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(34)</u>	<u>(1.084)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de dividendos	(1.744)	(1.566)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(5.697)	(7.231)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u>(7.441)</u>	<u>(8.797)</u>
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(722)</u>	<u>511</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	2.471	1.960
Saldo no final do exercício	1.749	2.471
<b>Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(722)</u>	<u>511</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ (a "Companhia" ou "TRANSIRAPÉ") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé - Araçuaí – 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		Índice de correção
		Vigência até	RAP (*)	
012/2005	30	15/03/2035	15.747	IGP-M

(\*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

#### **a. Declaração de conformidade**

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi submetida para a aprovação do Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2012.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### **b. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Para melhor apresentação, os valores de aplicações em renda fixa vinculadas ao financiamento do BNDES e que não são passíveis de resgate, no total R\$ 2.015 em 31 de dezembro de 2010, foram reclassificados e estão sendo reapresentados nas presentes demonstrações financeiras na rubrica de "títulos e valores mobiliários" no ativo com a consequente reapresentação dos saldos passivos de "empréstimos e financiamentos" que estavam reduzidos por este mesmo valor naquela data base.

#### **c. Moeda funcional**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### **d. Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

# Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

### 3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

#### 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### **3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro**

###### **3.1.2.1. Ativo financeiro**

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. Essa parcela da infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio da taxa efetiva de juros calculada de acordo com as normativas contábeis adotadas.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

##### **3.1.2. Contas a receber - Ativo financeiro-- Continuação**

###### **3.1.2.2. Clientes**

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

##### **3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

##### **3.1.4. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.2. Imobilizado**

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009.

#### **3.3. Intangíveis - Softwares**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

#### **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.5 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### **3.6. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.6. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos:** são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- **Fornecedores:** inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

##### **3.6.1. Liquidação de passivos financeiros**

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **3.7. Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.8. Tributação**

##### **3.8.1. Impostos sobre a prestação de serviços**

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,65%;

Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

##### **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

###### **Correntes**

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

###### **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.8. Tributação -- Continuação**

##### **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -- Continuação**

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### **3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

#### **3.10. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Caso contrário, será registrado no circulante.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

#### **3.11. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

#### **3.12. Benefícios a empregados (participação nos lucros)**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.13. Transações entre as partes relacionadas**

Os serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes registradas de acordo com os termos contratados.

#### **3.14. Taxas regulamentares**

##### **Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

##### **Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

##### **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,5% da RAP.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.15. Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

#### **Receita de transmissão de energia elétrica**

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

#### **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação**

#### **3.15 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações.

#### **3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **4. Estimativas e julgamentos contábeis**

#### **4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

##### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **4. Estimativas e julgamentos contábeis-- Continuação**

#### **4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação**

##### **4.1.1. Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### **4.1.2. Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 4. Estimativas e julgamentos contábeis-- Continuação

#### 4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

##### 4.1.3. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

##### 4.1.4. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

##### 4.1.5. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

##### 4.1.6. Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária reconhece a receita de construção, a mesma é contabilizada pelo valor justo de seus respectivos custos transformados em custos de construção. Na contabilização das receitas de construção, a Companhia reconhece no momento da ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura.

##### 4.1.7. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária efetua operação e manutenção da LT, a receita é reconhecida pelo valor justo de seus respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 5. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	21	98
Investimentos de curto prazo	<u>1.728</u>	<u>2.373</u>
	<u>1.749</u>	<u>2.471</u>

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Em 2011, as taxas variaram entre 95% a 103% do CDI.

### 6. Contas a receber – ativo financeiro

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Encargos de transmissão faturados, a receber	1.790	1.473
Ativo financeiro curto prazo	16.330	13.732
Ativo financeiro longo prazo	<u>68.478</u>	<u>67.445</u>
	<u>86.598</u>	<u>82.650</u>

#### 6.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

#### 6.2 Ativo financeiro

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica No 012 de 12/03/2005 celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia Transirapé Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Contas a receber – ativo financeiro -- Continuação

#### 6.2 Ativo financeiro – Continuação

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	81.177
Remuneração do ativo financeiro	13.110
Custo de construção	3.096
Outros	2.040
Realiz. ativo financeiro (rec.)	(14.615)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>84.808</u>

### 7. Tributos e contribuições sociais

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativo circulante</b>		
IRPF a compensar	44	13
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	15	35
	<u>59</u>	<u>48</u>
<b>Passivo circulante</b>		
IRPJ	195	251
CSLL	94	111
COFINS	99	88
Outros	96	86
	<u>484</u>	<u>536</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
IR e CS diferido (i)	<u>2.073</u>	<u>1.985</u>

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Tributos e contribuições sociais-- Continuação

- (i) O IR e CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo fiscal regulatório (sem adoção do ICPC 01)	78.059	74.967
Ativo societário (com adoção do ICPC 01)	84.800	81.177
Outras diferenças temporais	644	372
Base para constituição IR e CS Diferidos	6.097	5.838
IR e CS diferidos	2.073	1.985

### 8. Empréstimos e financiamentos

	2011					2010
	Circulante			Não circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	
<b>Moeda nacional</b>						
Santander	1.041	35	1.076	6.941	8.017	9.063
BDMG	1.041	36	1.077	6.941	8.018	9.062
BNDES	1.084	35	1.119	7.228	8.345	9.436
BDMG (Finame)	132	2	134	1.001	1.135	-
	<u>3.298</u>	<u>108</u>	<u>3.407</u>	<u>22.109</u>	<u>25.515</u>	<u>27.561</u>
<b>Moeda estrangeira</b>						
Santander	226	6	232	1.505	1.738	1.741
BDMG	227	6	233	1.510	1.743	1.760
BNDES	234	6	240	1.561	1.801	1.805
	<u>687</u>	<u>18</u>	<u>705</u>	<u>4.576</u>	<u>5.282</u>	<u>5.306</u>
	<u>3.985</u>	<u>126</u>	<u>4.112</u>	<u>26.685</u>	<u>30.797</u>	<u>32.867</u>

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí e têm como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, penhor dos direitos de crédito, garantias fidejussórias e seguro garantia de obrigações públicas emitida por UBF Garantias & Seguros S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos aos seguintes encargos:

#### Moeda nacional

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,5% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES aos AGENTES FINANCEIROS (BDMG e Santander Banespa), observadas as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato). Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,0% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES, observada as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 8. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

#### Moeda estrangeira

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander.

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 144 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional				Moeda estrangeira			Total
	Santander	BDMG	BNDES	FINAME	Santander	BDMG	BNDES	
2013	1.041	1.041	1.084	132	226	227	234	3.985
2014	1.041	1.041	1.084	132	226	227	234	3.985
2015	1.041	1.041	1.084	132	226	227	234	3.985
2016	1.041	1.041	1.084	132	226	227	234	3.985
2017	1.041	1.041	1.084	132	226	227	234	3.985
Após 2017	1.736	1.735	1.808	340	375	375	391	6.760
Total	6.941	6.940	7.228	1.000	1.505	1.510	1.561	26.685

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos celebrados com as instituições acima descritas.

### 9. Taxas regulamentares

	31.12.2011	31.12.2010
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	222	188
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	293	212
Taxa de Fiscalização ANEEL	94	75
<b>Total</b>	<b>609</b>	<b>475</b>
Circulante	401	267
Não Circulante	208	208

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 10. Provisões pré-operacionais

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
EPC Pré-Operacional – Circulante	1.435	917
EPC Pré-Operacional – Não circulante	-	1.886
	<u>1.435</u>	<u>2.803</u>

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Irapé – Araçuaí), conforme Contrato de EPC celebrado com o Consórcio Alusa/Orteng. Os valores a pagar são atualizados pelo IGP-M e não possuem prazo de vencimento.

### 11. Partes relacionadas

#### Contratos ainda em vigor da fase pré-operacional:

- Aditivo firmado relativo ao contrato de 2005 de "Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado", para o fornecimento de materiais e equipamentos, serviços de engenharia e obras civis, para implantação das instalações de transmissão do empreendimento da Alusa Engenharia Ltda. e Orteng Equipamentos e Sistemas

#### Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí contratada pelo valor de R\$ 4.050 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí contratada pelo valor de R\$ 6 mensais.

Adicionalmente, os contratos de EPC a pagar, descritos na Nota 10, são obrigações com partes relacionadas.

#### **Remuneração do pessoal-chave da administração**

Em 2011 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$138, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social era de R\$ 22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S.A.	9.159.599	40,999991
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	5.473.419	24,499995
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.419	24,499995
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	2.234.048	9,900024
Conselheiros	5	0,099995
	<b>22.340.490</b>	<b>100,000000</b>

#### b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva especial de dividendos

Os lucros remanescentes do exercício de 2011 que foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Patrimônio líquido -- Continuação

#### b) Reservas de lucro-- Continuação

- Reserva de lucros retidos (dividendos não distribuídos)

Refere-se à adoção inicial dos CPC's cuja destinação será deliberada na próxima assembleia geral ordinária.

Está registrado também nesta conta o lucro remanescente do exercício de 2009 que anteriormente havia sido retido pelo contrato de financiamento e liberado pelo BNDES em junho 2010 para distribuição. A Assembleia aguarda disponibilidade financeira para autorizar a distribuição.

#### c) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

##### Saldo de dividendos a pagar

Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2010	6.443
Destinação AGO	5.226
Dividendos pagos no exercício	(1.744)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.879
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	11.804

### 13. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.036	2.036	2.066	2.066
Receita de infra-estrutura	3.095	3.095	992	992
Remuneração de ativos da concessão	13.110	13.110	12.224	12.224
Total da receita operacional	18.241	18.241	15.282	15.282
Ajustes decorrentes do ICPC	(3.408)	(3.408)	(1.495)	(1.495)
Receita operacional ajustada	14.833	14.833	13.787	13.787
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.187	1.780	1.103	1.654
Receitas financeiras	669	669	563	563
Base de cálculo	1.856	2.449	1.666	2.217
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10 %	9%	15% e 10 %	9%
TOTAL	440	220	394	200

## Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Receita operacional</b>		
Receita de concessão de transmissão	2.036	2.066
Receita de infra-estrutura	3.095	992
Remuneração dos ativos de concessão	<u>13.110</u>	<u>12.224</u>
	<u>18.241</u>	<u>15.282</u>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS	(96)	(90)
COFINS	(445)	(415)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(371)	(345)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<u>(139)</u>	<u>(128)</u>
	<u>(1.051)</u>	<u>(978)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>17.190</u>	<u>14.304</u>

### 15. Despesas financeiras

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.038	3.410
Outras despesas financeiras	<u>1.021</u>	<u>170</u>
	<u>4.059</u>	<u>3.580</u>

### 16. Instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **16. Instrumentos financeiros -- Continuação**

#### **a) Análise dos instrumentos financeiros -- Continuação**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

#### **b) Gestão de riscos**

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 233 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

- **Risco de taxas de juros**

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- **Risco de taxas em cesta de moedas**

A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira (cesta de moedas), correspondente a 16% do total financiado.

## **Companhia Transirapé de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **16. Instrumentos financeiros -- Continuação**

#### **b) Gestão de risco -- Continuação**

- Risco financeiro

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

#### **c) Operações com derivativos**

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

### **17. Cobertura de seguros**

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Tóquio Marine Seguradora em garantia de suas operações no montante total de 17.650.470, relacionado a riscos nomeados com vigência até 24/05/2012.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

# Companhia Transirapé de Transmissão

## **Conselho de Administração**

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho – Conselheiro

Luiz Fernando Paroli Santos – Conselheiro

Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro

Brunno Viana dos Santos Sant'Anna.

## **Diretoria**

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

## **Contadora responsável**

Flávia Miranda Silva

Contadora CRC N° MG-067247/0-2